



Provas Académicas na FEUC

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/35136>

Accessed : 19-Sep-2019 11:42:40

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



NOTAS ECONÓMICAS 40

**LUÍS CRUZ / PAULA SIMÕES /
EDUARDO BARATA**

COMBINING OBSERVED AND CONTINGENT TRAVEL
BEHAVIOUR: THE BEST OF BOTH WORLDS?

**MAURO SERAPIONI / PEDRO
LOPES FERREIRA / PATRÍCIA
ANTUNES**

PARTICIPAÇÃO EM SAÚDE: CONCEITOS E CONTEÚDOS

DOUTORAMENTO HONORIS CAUSA DO DR. ANTÓNIO ARNAUT

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Provas Académicas na FEUC

Publicam-se regularmente nesta secção notícias ou resumos dos trabalhos e teses apresentadas nas provas de Agregação e Doutoramento.

Teses de Doutoramento

Doutoramento em Sociologia (Sociologia do Desenvolvimento e da Transformação Social)

Volta ao Começo: Demarcação Emancipatória de Terras Indígenas no Brasil

Lino João de Oliveira Neves

Volta ao Começo: demarcação emancipatória de terras indígenas no Brasil analisa o diálogo dos povos indígenas com o Estado nacional brasileiro, tomando como objeto central de estudo a participação dos índios nos processos demarcatórios de terras ocupadas por grupos étnicos, reconhecidas oficialmente pelo Estado brasileiro como “terras indígenas”. A partir do enfoque teórico-conceitual que orienta a Tese, a participação indígena no processo de reconhecimento de suas terras é analisada sob dois ângulos: primeiro, considerando as iniciativas indígenas como realidades étnicas capazes de inovar as relações interétnicas historicamente estabelecidas entre o Estado nacional e os povos indígenas, e, segundo, considerando o desperdício do conhecimento indígena, acarretado pela institucionalização das realidades étnicas em programas de ação estatal, como expressão do processo de regulação social imposto aos grupos étnicos.

A expressão “Volta ao Começo” corresponde à condição étnica da qual os indígenas foram distanciados política e culturalmente pelas relações coloniais que subordinam os povos indígenas à condição de civilizações e sociedades negadas, de culturas subordinadas ao paradigma da modernidade ocidental e de populações condenadas a mais completa exclusão social. Negação, subordinação e exclusão, situações nas quais se abrem apenas as portas mais inferiores de participação na vida nacional às sociedades, culturas e populações “integradas”/“aculturadas”, e que no caso do Brasil se expressam inicialmente pela invasão e ocupação portuguesa e, posteriormente, pela hegemonia do Estado brasileiro, representante do projeto civilizacional europeu imposto ao Novo Mundo com o chamado

“Descobrimto”. Assim, “Volta ao Começo” corresponde a uma postura étnica alimentada pelas lutas indígenas que permitem aos grupos étnicos indígenas continuarem a ser o que sempre foram – cultural, social, política e epistemologicamente – apesar de todas as formas de regulação social e de homogeneização cultural a que são continuamente submetidos.

No conjunto das iniciativas efetivadas pelo movimento indígena organizado que a partir dos anos 1970 impulsiona o processo crescente de reafirmação étnica no Brasil, o reconhecimento oficial das terras ocupadas pelos grupos locais como “terras indígenas” se apresenta com a principal reivindicação dos diferentes povos e se configura como o mais importante elemento de aglutinação etnopolítica para as lutas indígenas.

Volta ao Começo: demarcação emancipatória de terras indígenas no Brasil assinala, por um lado, as mobilizações implementadas pelos próprios índios para a demarcação de suas terras como uma das contribuições mais positivas para a construção de uma nova forma de organização política, portanto um novo tipo de Estado nacional, que na opinião de vários analistas está em construção, impulsionada, não exclusivamente, mas muito fortemente, pelas lutas dos povos indígenas da América Latina, o que significa dizer pelos sistemas sociais, políticos e epistemológicos dos grupos étnicos que ainda hoje continuam a existir em toda a sua força e eficácia, apesar dos mais de quinhentos anos de regulação hegemonia imposta pela “conquista”. Por outra parte, alerta para o risco de anulação da emancipação social presente nas iniciativas étnicas quando estas são submetidas à regulação social pelo Estado para a sua implementação como políticas públicas destinadas aos povos indígenas. Embora o desperdício das experiências indígenas esteja sempre presente nas relações mantidas entre os órgãos e entidades públicas e organizações indígenas, *Volta ao Começo: demarcação emancipatória de terras indígenas no Brasil* procura fugir ao pessimismo, apoiando-se na resistência indígena como elemento de afirmação da possibilidade emancipatória das lutas etnopolíticas empreendidas pelos povos indígenas no Brasil.

Universidade de Coimbra, 26 Junho de 2013

Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global

Democratização e Ajuda ao Desenvolvimento na Bósnia-Herzegovina e na Federação Russa – Uma Perspetiva Crítica

Eunice Cristina do Nascimento Castro Seixas

Esta tese tem como principal objetivo uma análise crítica dos processos de ajuda ao desenvolvimento e democratização na Bósnia-Herzegovina (BiH) e na Federação Russa (Rússia). O interesse deste projeto liga-se à ideia de que no contexto da governação global liberal, o leste da Europa parece constituir o novo foco do imperialismo ocidental euro-americano. Apoiada nas teorias pós-coloniais/descoloniais e nos estudos críticos da paz liberal global, esta tese visa investigar esta ideia.

Especificamente, pretende-se analisar em que medida as atuais políticas de cooperação para o desenvolvimento e democratização na BiH e na Rússia constituem formas de dominação ocidental apoiadas por um lado, num poder ‘normativo’ associado ao discurso liberal dos direitos humanos, democracia e sociedade civil e por outro, em práticas económicas, políticas, ideológicas ou sociais específicas.

Apesar do foco desta análise serem as ONGs ligadas aos direitos humanos e à democratização, parte-se da assunção que estas organizações não existem num vazio institucional, inserindo-se, pelo contrário, numa estrutura complexa de relações de poder com o Estado, os cidadãos e os doadores internacionais.

Sendo este um estudo de caso múltiplo, pretende-se comparar dois casos que à partida se esperam contrastantes: o pequeno Estado da BiH, sob supervisão internacional desde o final da guerra de 1992-1995, e o poder emergente da Rússia. As hipóteses iniciais apontam para um maior grau de dominação/imperialismo ocidental na BiH do que na Rússia, prevendo ainda um predomínio da perspetiva da segurança humana na política desenvolvimental na BiH.

Metodologicamente, esta investigação apoia-se na pesquisa de terreno e na realização de





entrevistas qualitativas com membros de ONGs ligadas aos direitos humanos/ democratização na BiH, como na Rússia. As entrevistas foram analisadas de acordo com a proposta de Norman Fairclough para uma análise crítica de discurso, sendo os dados dos diários de campo foram utilizados como modo de triangulação. A análise final teve em consideração a contextualização histórica de cada um dos casos, os discursos das elites políticas locais e as políticas e discursos dos doadores internacionais.

Os resultados revelam semelhanças inesperadas entre os dois casos, indicando práticas e erros comuns do projeto liberal global. Especificamente, observa-se, em ambos os casos, um isolamento das ONGs relativamente ao cidadão comum e uma crise de legitimidade e sustentabilidade destas organizações. Em ambos os casos também, estas ONGs parecem sancionar o discurso liberal sobre direitos humanos, democracia e sociedade civil, nomeadamente a ideia de uma oposição entre as ONGs e o governo. Nem na BiH nem na Rússia parecem emergir discursos alternativos ao discurso liberal. Em cada um dos casos podemos observar uma crítica aos poderes internacionais, mas com contornos diferentes. Na BiH a 'comunidade internacional' parece estar a perder credibilidade, devido à falta de mudança positiva no país, assim como a um ressentimento relacionado com a ação da mesma durante a guerra, e a críticas ao acordo de paz de Dayton. Na Rússia as ONGs, cada vez mais isoladas e dependentes do apoio internacional, reclamam uma posição mais ativa da parte da comunidade ocidental, relativamente às violações dos direitos humanos no país, o que pode significar uma recusa de serem tratadas como vítimas ou 'meros implementadores'.

Estas diferenças relacionam-se também com mudanças nas políticas dos poderes ocidentais, em cada um destes países. Na BiH o foco na democratização via construção da sociedade civil levou a mais democratização via fortalecimento da sociedade civil, com um acentuar recente dos objetivos de estabilização e regulação. Os poderes ocidentais, especialmente a União Europeia (UE) através do Alto Representante (OHR) e mais recentemente, do processo de

alargamento, parecem estar a controlar a soberania política da BiH, apesar de se depararem com algumas resistências da parte das elites políticas. Podemos assim falar de ações imperialistas justificadas por um discurso que essencializa a identidade bósnia, associando-a às características de subdesenvolvimento e irracionalidade. Estas representações parecem ter sido internalizadas pelos cidadãos bósnios que tendem a idealizar a Europa Ocidental contrastando-a a uma 'anormalidade' bósnia.

Na Rússia contudo, os esforços dos poderes ocidentais em pressionarem o Kremlin sobre questões de direitos humanos e Estado de direito parecem ter esmorecido, à medida que os recentes acordos de parceria acentuam os objetivos de cooperação económica e comercial. Num país onde a democracia é associada a um período de privação e extremas desigualdades sociais, e onde o Estado combate qualquer influência ocidental, as ONGs podem ser os únicos atores sociais comprometidos com a democratização, parecendo preocupar-se com uma eventual retirada dos poderes ocidentais nesta esfera.

Universidade de Coimbra, 1 de Julho de 2013

Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global

Uma Cura Controversa: A Promessa Biomédica para a Lepra em Difracção entre Portugal e Brasil

Alice Cruz Pereira

Rompendo com a ruptura epistemológica *ocidentalista* dos elos entre as celebradas aporias modernas (como natureza/cultura, privado/público, epistemologia/política) que constringiu o corpo-apropriado que enjeita, por sua vez, o corpo com lepra para o campo oposicional do abjecto, este trabalho intenta *re-ligar* o nó górdio entre natureza e cultura, no horizonte de uma dupla ruptura epistemológica entre a ciência moderna e o senso comum. Em específico, assume como fundamental anelo penetrar criticamente no *giro biomédico* que inverteu a dialéctica entre cidadania e bem público das pessoas portadoras de lepra na década de 1980, sintetizando uma tecnologia biomédica, a cura e a emancipação social numa caixa-preta que viaja pelo mundo como um localismo globalizado.

Para esse fim, desenha-se, metodologicamente, sobre uma cartografia simbólica e fenomenológica da biomedicina que recorre a uma etnografia multi-situada nas diversas escalas transnacional, nacional e local de produção das respostas institucionais à lepra e da sua substanciação experiencial. Tal etnografia é dotada de um pendor pós-colonial pela *catacrese* facultada por uma justaposição de contextos divergentes que representam, exemplarmente, a expressão polar da lepra na contemporaneidade: Portugal e Brasil. Assim navegando com um *caleidoscópio* que *re-liga* escalas e entrevê os diferentes enraizamentos sociais, bem como o escopo de *reflexão* e de *retracção* dos diversos saberes invocados na forja do corpo com lepra como um nodo medicalizado (ciência, Estado, sociedade civil organizada em torno de uma *intencionalidade política*, clínica e *intencionalidade pragmática* das mulheres e homens que conhecem a lepra nos seus corpos e vidas), perscruta-se esse *giro biomédico* com uma hermenêutica que, por um lado, ilumina a porosidade entre ciência e senso comum e, por outro, promove uma

dupla ruptura epistemológica entre ambos, assumindo como premissa epistemológica a *intencionalidade política* e a *intencionalidade pragmática* das pessoas portadoras de lepra como uma *testemunha subalterna* à ciência moderna apta a produzir a difracção do nexu hegemónico entre saber e poder no sentido da sua reconstrução no nexu contra-hegemónico entre justiça cognitiva e justiça social.

Descartando afirmações tautológicas, as articulações providas pela rotação que, no interior de um *caleidoscópio* de saberes e práticas, atravessa uma caixa-preta, passa pela incerteza e arriba na controversia, permitem constatar que a ruptura epistemológica, obrada no interior da biomedicina, que converteu os seus anteriores modelos explicativos em senso comum, teceu a continuidade entre os três períodos constitutivos da medicalização da lepra no sistema mundo moderno/colonial, perpetuando um *Mesmo Paradigma Biopolítico*. Este reitera a exterioridade da lepra como uma *doença residual*, retendo-a no outro lado da linha abissal da mercantilização da saúde e fabricando activamente uma doença negligenciada, através de escolhas sucessivas, tomadas no interior de uma racionalidade economicista plasmada no binómio custo-eficiência, à qual se agrega um modelo de governamentalidade do corpo redigido segundo uma epistemologia atomista que dirige a intervenção biomédica a jusante dos determinantes sociais da doença, com enfoque no corpo individual enfermo enquanto *locus* e vector da última no espaço público. No que concerne à incontornável translocalização dos processos decisórios no seio de um paradigma de governação neoliberal, verifica-se que a fragmentação do *giro biomédico* em paisagens morais divergentes expõe tanto os limites, quanto a centralidade do Estado moderno monocultural no campo da saúde pública, assinalando, simultaneamente, os efeitos iatrogénicos de uma política ontológica farmacêuticalizada e os corolários da inclusão de um senso comum emancipatório no desfraldar de arenas para a entrada de leigos e peritos-leigos em espaços agonísticos legítimos geradores dos processos institucionais que deliberam a governamentalidade das enfermidades, apelando, com isso, ao experimentalismo do





Estado. Mas é a crise de credibilidade descerrada pela controvérsia protagonizada por uma *testemunha subalterna* à ciência moderna que expõe a clivagem entre a versão oficial da cura e a fenomenologia da cura (desvelando o nó górdio entre natureza e cultura invisibilizado pelo trabalho de purificação da ciência moderna) e que remata a difracção da raia entre o normal e o patológico (naturalizado por uma ideologia da cura enlaçada numa racionalidade capacitista) com a necessidade inexorável de uma dupla ruptura epistemológica que penetre nas próprias qualidades primárias da corporalidade humana.

Ao obrar uma difracção do corpo com lepra como nodo medicalizado, a *testemunha subalterna* à ciência moderna acerca-se das epistemologias do Sul, alcançando tanto uma *denúncia crítica* do sistema mundial de saúde, quanto uma *afirmação propositiva* sobre a saúde pública que ilumina a determinação da escala local e de processos extra-institucionais na promoção da saúde e aventa o princípio da comunidade como alavanca para a redacção de um conjunto de prolegómenos para uma ecologia de saberes na saúde.

Universidade de Coimbra, 8 de Julho de 2013

Doutoramento em Democracia no Século XXI

A Democracia na Imprensa Popular Portuguesa

Marcelo Machado Valadares

Esta pesquisa procura mostrar de que modo a democracia está inserida num discurso mediático específico: o da imprensa popular. Aborda aqui uma perspectiva de Povo representada por um discurso dominante. Centra-se na imprensa comercial, inserida na lógica de oligopólios mediáticos. Foca-se no contexto português, sendo os jornais diários *Correio da Manhã* e *Jornal de Notícias* as fontes do material empírico analisado.

Para possibilitar a emergência de diferentes discursos, trabalhou-se com duas formas de recolha de material: uma temporal, focada no ano de 2011; e outra temática, destacando assuntos que foram relevantes para a democracia portuguesa no princípio do século XXI. Os temas trabalhados foram: o referendo sobre a Interrupção Voluntária do Aborto, (2007); a votação no Parlamento do casamento entre pessoas do mesmo sexo (2010); as eleições presidencial e legislativas (2011); e a manifestação "Que se lixe a troika, queremos as nossas vidas!" (2012).

A partir da análise de conteúdo sobre o material empírico, identificaram-se os atores, os discursos, os partidos e os temas mais abordados pelos jornais. Avaliaram-se criticamente os discursos sobre a democracia reproduzidos nesses media. Observou-se que a perspectiva representativa liberal é a mais comum. Além disso, constatou-se que as publicações dirigiram os seus olhares para o centro do poder político, ao mesmo tempo que marginalizavam percepções contra-hegemónicas da democracia, com excepções pontuais.

Universidade de Coimbra, 12 Março de 2014

Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global

HIP-HOP Culture, Community and Education: Post-Colonial Learning?

Miye Nadya Tom

This study analyzes how the administration of difference (race/ethnicity), (non-)citizenship and education is central to colonial projects. The concept of "post-colonial learning" explores education and research based on epistemological diversity as spaces to reclaim selves and communities against homogenizing modern/colonial national projects and monocultures of knowledge. The contours of "post-colonial learning" were shaped by hip-hop to envision a space of inter-knowledge. Hip-hop is a cultural movement traditionally composed of DJ music, graffiti, break dancing, and rap music (its most prevalent element). Hip-hop emerged from enduring experiences of exclusion, racism and the political resistance of African Americans in the US and has since spread worldwide.

Beyond an American cultural import, hip-hop becomes powerful cultural force of its own socio-historical and socio-political creation. The objective was to use these qualities of hip-hop to create a dialogue with people who have experienced racism, colonialism, and displacement/diaspora and to explore how it informed their struggles for education by creating a media-savvy battleground for inclusion, community sustenance and demand for different accounts of knowledge. The study is based on extensive interviews, content analysis of lyrics and first-hand observation of hip-hop concerts, educational workshops, and related community events. Hip-hop was first used to create dialogue among members of communities of African origin in post-colonial Portugal and urban and rural Native American communities in the U.S. and Canada. The study then explored how elements of hip-hop were appropriated and use for alternative education, including a multimedia project co-founded by a Native American hip-hop artist in the San-Francisco/Oakland Bay area and state-funded programs for social inclusion in the greater Lisbon Metropolitan Area. Hip-

-hop was found to be a tool used by members of Native American and African-originary communities to deconstruct colonial knowledge and colonial discourses. Their work also emphasized the roles youth play in this process due to their efforts to access knowledge omitted from 'official' accounts, e.g. school curriculum or academic knowledge. The study recognizes members of these communities as social analysts, educators and producers of knowledge.

Universidade de Coimbra, 13 Março de 2014





Doutoramento em Gestão de Empresas (Especialidade em Marketing)

Antecedentes e Consequências da Criatividade Organizacional

Diogo Zapparoli Manenti

Os consumidores estão ávidos por novos produtos, as empresas precisam sempre desenvolver processos produtivos adaptativos que agreguem qualidade e reduzam os custos, precisam repensar seus procedimentos e criar soluções para problemas enfrentados. Estas demandas requerem por parte das empresas constante atenção ao processo de geração de novas ideias que possam ser úteis a estas contingências. A criatividade pode ser vista como uma forma de fazer frente aos desafios do mercado e a geração de ideias impulsionadoras do desenvolvimento organizacional. A partir deste pressuposto a tese antecedentes e consequências da criatividade organizacional, no contexto do Rio Grande do Sul, Brasil, pretende testar a relação entre orientação para a aprendizagem, os fatores do clima criativo, a criatividade e a performance. O fio condutor desta investigação sedimenta na promoção e compartilhamento do conhecimento organizacional pela orientação para a aprendizagem. Neste posicionamento supõe-se que o clima criativo encontre um ambiente propício para o desenvolvimento da criatividade e posteriormente espera-se que essas características gerem *performance* organizacional. A proposição de um modelo que integre a orientação para a aprendizagem (Baker e Sinkula, 1999) e os fatores do clima criativo (Amabile et. al., 1996) como condicionantes da criatividade organizacional (Zhou e George, 2001), e por outro lado, como output, a *performance* e suas dimensões (Vorhies e Morgan, 2005) como resultado dos processos criativos, por tratar simultaneamente estes elementos, é uma proposição de modelo inédita. Este modelo, tem por base que o ambiente é sistêmico e considera diversos elementos impactantes e impactados pela criatividade. Isso reforça a visão de que a criatividade é resultado da interação do grupo social e da interação do indivíduo e o contexto em que está inserido. A amostra desta

pesquisa é composta pela média indústria gaúcha de diferentes segmentos de mercado, os respondentes foram profissionais que de alguma forma estivessem ligados a área de marketing. O questionário estruturado foi coletado por entrevista telefônica durante o primeiro trimestre de 2012. A análise de dados foi realizada utilizando a técnica de modelagem de equações estruturais (MEE). Foi testado um modelo teórico, que apresentou um bom ajustamento aos dados. As análises indicaram que a orientação para a aprendizagem é um antecedente da criatividade e os fatores do clima criativo (Amabile, 1996) foram parcialmente confirmados como impactantes na criatividade. A orientação para aprendizagem impacta positivamente na liberdade dos colaboradores e na disponibilização de recursos suficientes. A orientação para a aprendizagem tem um impacto negativo sob a pressão de carga de trabalho. A criatividade, por sua vez, mostrou-se positivamente impactada pela liberdade e pelos recursos suficientes, estando de acordo com Amabile (1996). Na indústria gaúcha pesquisada, estes fatores mostraram-se determinantes, como fatores de estímulo à criatividade. Como era de se esperar a pressão de carga de trabalho, é um fator inibidor da criatividade. A orientação para a aprendizagem mostrou-se como um fator positivamente relacionado com a criatividade. Com relação à consequência da criatividade para as organizações, esta pesquisa demonstrou que a *performance* é afetada pela criatividade e pela orientação para aprendizagem. A *performance* organizacional nesta pesquisa foi estudada nas dimensões de satisfação do cliente, eficácia em marketing e lucratividade. A importância do monitoramento da *performance* organizacional passa pelo fato da empresa conseguir antecipar oportunidades, prevenir ameaças e utilizar mais adequadamente os recursos que dispõe (Leopoldino e Loiola, 2010; Richard et al., 2008). Foram apresentadas as implicações práticas e teóricas, nas implicações gerenciais foi apresentada uma lista de sugestões às empresas interessadas em desenvolver a criatividade organizacional, em acréscimo são apresentadas as limitações da pesquisa e as sugestões para pesquisas futuras.

Universidade de Coimbra, 17 Março de 2014

Doutoramento em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI

Mulheres, Trabalho e Cuidado – A Construção da Igualdade na Intersecção dos Mundos Privado e Público na UE

Maria Cristina dos Santos Pereira

A presente dissertação tem como objecto de análise a igualdade de género associada à temática da conciliação das responsabilidades familiares e profissionais no Direito e nas políticas da UE. Ao longo do tempo o campo da igualdade de género transformou-se numa das áreas mais desenvolvidas da política social europeia, tendo permanecido fortemente ligado ao mercado de trabalho. O próprio conceito de igualdade de género adquiriu uma nova densidade, coexistindo uma noção dominante de igualdade definida em termos de ausência de discriminação e uma concepção enriquecida baseada nos deveres positivos de promover a igualdade entre homens e mulheres. Relativamente à temática específica da conciliação entre responsabilidades familiares e profissionais, a UE desenvolveu instrumentos políticos e jurídicos e jurisprudência relevante sobre a matéria. A sua actuação nesta área tem de facto gerado desenvolvimentos adicionais nos Estados-Membros, com os últimos anos a ficarem ainda marcados por esforços no sentido de reformar e actualizar o quadro regulador europeu.

Como questão orientadora da nossa investigação e análise propusemo-nos reflectir sobre "Como é que a União Europeia na área do trabalho e emprego pode contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária e cuidadora?" A questão da conciliação trabalho/família é aqui enquadrada dentro da abordagem mais abrangente ao cuidado. Consideramos como a realização da igualdade de género está ligada à organização social do trabalho de cuidado e as implicações de considerar o cuidado como um valor fundamental de uma boa sociedade. Em causa estão a valorização e o reconhecimento político do contributo do cuidado não remunerado para a sustentabilidade social e económica e o que

devemos fazer para responder às necessidades de cuidados de outros concretos. Isto pressupõe que o Direito reconheça a interdependência de diferentes âmbitos da vida e apoie uma conceptualização mais refinada e complexa de igualdade.

A dissertação é composta por seis capítulos. Os três iniciais fornecem um enquadramento teórico-conceptual e informação contextual relevante. Individualmente, centram-se nos três conceitos estruturantes da dissertação: igualdade, trabalho e cuidado. Os três capítulos finais analisam as políticas e o Direito da UE sobre igualdade de género, na área do trabalho e emprego, incidindo particularmente na articulação do cuidado não remunerado com as responsabilidades profissionais. No último capítulo, e como resposta à questão orientadora da nossa investigação, apresentamos uma proposta de directiva que estabelece um sistema integrado de licenças familiares na UE baseado no ciclo da vida humana e um conjunto de propostas mais avulsas visando promover o maior envolvimento dos homens na prestação de cuidados em áreas mais diversas. Face às desigualdades e necessidades emergentes de cuidados, identificadas na dissertação, entendemos ser necessário promover uma abordagem proactiva centrada nos homens no seu papel de cuidadores.

Universidade de Coimbra, 11 Abril de 2014





Doutoramento em Economia

The Demand of Preventive Health Care and Health Insurance: Evidence for Portugal

Sandra Margarida Bernardes de Oliveira

The deliberate search for preventive health care should be an expected change in the behaviour of individuals. Due to a challenging and engaging context, an efficient allocation of resources is expected, leading individuals to make better use of information, income and time. Along this thesis we will present three distinct essays, each of them following a different methodological approach. However, they all have a common element: the analysis of the consumption of preventive health care and its relationship with individuals' health behaviour, the use of individual data and nonlinear models. The essays, even with different goals, were developed to contribute for something essential: an understanding of the factors that help explain individual attitudes toward proactive health behaviour (prevention), and in turn, how these preventing efforts could influence individual decisions. We started the research (first essay) exploring the impact of information possessed by the individual on his behaviour during a pandemic of H1N1 virus. We assess whether the information and the vehicle of information influence the willingness to pay for H1N1 flu vaccine. We developed a questionnaire, which we gave to a sample of 4193 university students (from Portugal, Greece and Spain). Its objective was to collect data on the WTP for an influenza shot during a pandemic period, along with other information about the individual. We adopted a Two-part model to analyse the research question. The results show that students tend to react differently depending on the source of information and whether they have a predisposition for buying the vaccine. The main medium of information appears to reinforce this decision. The second essay changes the focus and explores prevention as a crucial element in absenteeism behaviour. Our intention was to examine whether the use of preventive care explain the absenteeism

rate. The evidence confined on essay analysis suggests that a preventive behaviour does not influence the decision to miss work. However, this analysis has some limitations, in particular, the quality of data to measure preventive behaviour. Finally, we return to prevention and individual behaviour to explain and analyze the determinants of simultaneous decision of individuals to adopt primary and secondary preventive behaviours. We will give special focus to the role of unemployment in consumption. The interest of this research was: 1) unemployment may lead the individual to a poorer general health status, 2) on the other hand, unemployed individuals have more free time to use preventive health care, either primary or secondary prevention, 3) if the unemployed use their free time in these health-promoting activities, could have a positive effect on the health status of individuals who somehow can mitigate the effect of unemployment. The main result from this study is that unemployment influences the demand for preventive health care, although the same is not true for the simultaneous demand for preventive care. Despite some limitations, especially regarding the quality of available data, the development of this thesis support the conclusion that preventive behaviours of individuals are explained by multifactors and that, at least from a theoretical point of view, also influences other dimensions of lifestyle.

Universidade de Coimbra, 17 Abril de 2014

Doutoramento em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI***Colonialismo, Direito e Resistência: Um Estudo do Papel do Direito no Conflito Porto-Riquenho*****José Manuel Atilés Osória**

Esta tese aborda o papel central do direito no conflito colonial porto-riquenho num período de 114 anos, a partir de 1898, início do domínio colonial dos Estados Unidos em Porto Rico, até 2012, ano em que se levou a cabo a investigação empírica em que se baseia esta tese. Entende-se por “conflito colonial” a confrontação direta ou indireta entre: os Estados Unidos da América enquanto agente colonizador; o governo de Porto Rico e as organizações de extrema-direita enquanto agentes intermediários do colonialismo; e os movimentos anticoloniais porto-riquenhos. Na história deste conflito colonial o direito tem servido como uma espécie “zona de contacto” entre os atores em conflito. Daí argumentar-se que o direito foi utilizado, na primeira instância, como dispositivo de poder colonial pelos Estados Unidos. Em particular argumenta-se que os Estados Unidos impuseram em Porto Rico um estado de exceção ontopolítico com o qual legitimaram o domínio colonial e as suas ações repressivas e criminalizadoras contra os movimentos anticoloniais. Na segunda instância, argumenta-se que o governo de Porto Rico, criado e apoiado pelos Estados Unidos, utilizou as leis de exceção e a violência do estado para garantir a continuidade do status colonial de Porto Rico. Na terceira instância, argumenta-se que os movimentos anticoloniais utilizaram diversas estratégias jurídico-políticas para resistir o colonialismo estado-unidense e o estado de exceção ontopolítico. De entre as estratégias analisadas na tese destacam-se: a luta armada; as mobilizações jurídicas no âmbito dos sistemas jurídicos internacional, estado-unidense e porto-riquenho; a participação eleitoral; o ativismo anticolonial e a solidariedade com outras mobilizações sociopolíticas porto-riquenhas e internacionais; e a articulação de um discurso

contra-hegemónico oposto ao discurso jurídico-colonial estado-unidense em Porto Rico. Este estudo se baseia numa leitura histórico genealógica dos 114 anos do conflito colonial e é dividido em três partes: a primeira parte expõe de forma detalhada as literaturas, teorias e metodologias que deram forma e serviram de ponto de partida para o desenvolvimento desta investigação; a segunda parte examina em profundidade o poder colonial e os dispositivos jurídico-políticos implementados pelos Estados Unidos na constituição legal e na legitimação do colonialismo, assim como nos processos de repressão e criminalização dos movimentos anticoloniais; a terceira parte descreve e analisa os processos de lutas de oposição e confrontação tanto jurídica como extrajurídica protagonizados pelos movimentos anticoloniais. Em conclusão, esta análise histórica mostra que o uso do direito tem sido parte de uma tentativa concreta para despolarizar a política anticolonial porto-riquenha. Nesse sentido, a tese apresenta uma reinterpretação histórica e político-jurídica do poder colonial e da política porto-riquenha, procurando lançar luz sobre novas estratégias para a repolitização e a emancipação da política anticolonial porto-riquenha.

Universidade de Coimbra, 21 Abril de 2014



**Doutoramento em Sociologia – Cidades e Culturas Urbanas*****A Sociabilidade na Metrópole de São Paulo – Um Estudo sobre o Bairro da Vila Olímpia*****Dan Rodrigues Levy**

Esta tese de doutoramento analisa a sociabilidade na metrópole de São Paulo como um fenómeno social que vem sendo remodelado pelas transformações oriundas do acelerado processo de urbanização neoliberal. Para tanto, realizou-se um estudo de caso no bairro da Vila Olímpia, localizado no distrito do Itaim Bibi, zona sudoeste da capital paulista para detectar a transição na natureza das sociabilidades entre os moradores do bairro. Para subsidiar o estudo, mergulhou-se nas teorias acerca da Metrópole e da Modernidade com o intuito de enquadrar São Paulo como uma cidade pós-industrial de periferia, marcada por intensa fragmentação e segregação social, guiada pelos ditames do modelo urbano neoliberal que influencia não só o espaço como as relações sociais nele produzidas. Conceituou-se sociabilidade como o processo de interação social entre indivíduos cujo objetivo comum é formar uma unidade, uma sociedade. A análise aprofundou-se na noção de identidade e comunidade, uma vez que são categorias sociológicas que influenciam a construção e o desenvolvimento da sociabilidade. Neste sentido, entende-se sociabilidade como um fenómeno social vinculado às categorias sociológicas de identidade e comunidade o que decorre de diferentes formas nas escalas metropolitanas. Porém, é no bairro que o indivíduo realiza as suas experiências e trajetórias; vivencia e organiza a sua vida sendo, portanto, a unidade básica onde se desenvolve as interações sociais da vida cotidiana. A pesquisa na Vila Olímpia foi fundamental para compreender se a sociabilidade no bairro tende a sucumbir ou resistir ao processo urbano neoliberal. Primeiramente realizou-se uma sucinta contextualização da área em estudo, tentando reconstruir os estilos de vida, os tipos de sociabilidades, a memória, o passado e a história do bairro através de documentos e relatos de moradores. Em

seguida, várias incursões no campo de estudo foram efetivadas para compreender a forma de vida dos atores sociais que moram no bairro, frequentando ou não espaços de sociabilidades, observando o ritmo de vida e a interação social dos mesmos. Posteriormente, realizaram-se entrevistas em profundidade com antigos e novos moradores para desvendar as Sociabilidades I, II e III. Como principal resultado destaca-se um conflito socioespacial abstrato e subjetivo que marca as relações de interação social, justificando a transição na natureza das sociabilidades entre os antigos e novos moradores da Vila Olímpia, intensificada por uma visível redução de espaços públicos e pelo consequente aumento de espaços privados impulsionados por um modelo urbano segregador e excludente, caracterizando uma vida urbana reduzida. No mais, a pesquisa desvendou verdadeiras vozes de resistência demonstrando que através de estratégias coletivas como recurso político, ao mesmo tempo em que a sociabilidade no bairro tende a sucumbir também pode resistir ao modelo urbano neoliberal existente.

Universidade de Coimbra, 6 Junho de 2014

**Doutoramento em Gestão de Empresas
(Especialidade em Marketing)*****A Performance Exportadora e os seus Antecedentes. O Papel da Orientação para o Mercado Externo, Empreendedorismo, Recursos e Inovação: Um Estudo em Empresas Exportadoras do Sul do Brasil*****Renato Pedro MugnoI**

Nas últimas décadas, grandes transformações ocorreram no ambiente competitivo internacional, provocando mudanças significativas no mercado externo e acelerando o processo de internacionalização das empresas, para que possam se manter competitivas. Portanto, esta tese investiga como se articulam os vários antecedentes da internacionalização de empresas brasileiras e avalia a intensidade das relações existentes entre a orientação para o mercado externo, a orientação empreendedora internacional, os recursos e a inovação e o seu impacto na *performance* exportadora. Este estudo visa a aprofundar o conhecimento sobre a capacidade destes construtos influenciarem o resultado das empresas brasileiras que operam no mercado internacional e avaliam as relações agregadas entre eles. Para isso, alguns passos foram fundamentais no desenvolvimento da pesquisa: a proposição de um modelo teórico hipotetizando as relações entre os temas; a validação de escalas confiáveis; o teste empírico das hipóteses. As empresas brasileiras exportadoras foram definidas como população-alvo, conforme cadastro oficial da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). A amostra foi composta de 406 empresas pesquisadas. Na análise dos dados aplicou-se a técnica multivariada dos dados, por meio da modelagem de equações estruturais (MEE) e a técnica de redes neurais artificiais (RNA). Testou-se o modelo hipotético através da análise fatorial confirmatória (AFC) e os resultados confirmaram 8 entre as 10 hipóteses estabelecidas a partir do modelo adotado nesta tese. Os resultados apontaram um efeito positivo e integrado entre os construtos antecedentes e a *performance*

exportadora, conforme proposto no modelo estrutural. Os impactos mais fortes do modelo estabeleceram-se nas relações entre a orientação para o mercado externo e os recursos, e na relação entre a orientação empreendedora internacional e a orientação para o mercado externo. Os resultados obtidos através da técnica de redes neurais apresentaram 10 construtos de 1ª ordem com pesos positivos na relação com a *performance* exportadora e somente 4 com pesos negativos (inibidores). No comparativo entre as duas técnicas de análise, os resultados foram semelhantes, o que pode mostrar que a linearidade das relações é a realidade dominante. No cômputo geral os resultados confirmaram que os construtos de orientação para o mercado externo, a orientação empreendedora internacional, os recursos e a inovação influenciam positivamente na *performance* exportadora das empresas.

Universidade de Coimbra, 17 Junho de 2014





Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos

Re-Mapping the Carter Doctrine. Geographic Mental Maps and Foreign Policy Change

Luís Miguel da Vinha

The US has always had an interest and been involved in the Middle East. However, it was the Carter Administration that ultimately gave the Middle East its pivotal role in US foreign policy. It was the Carter Doctrine, enunciated in 1980 which effectively coupled the security of the Persian Gulf region with American global security. The assertion of the Carter Doctrine has traditionally been viewed as a watershed transformation of the Carter Administration's foreign policy. It allegedly signalled the end of détente and turn towards a more assertive military posture towards the Soviets and a more decisive US commitment to Middle Eastern security. It overturned many of the Administration's prior foreign policy initiatives, such as nuclear non-proliferation, demilitarisation of strategic regions, curtailment of conventional arms transfers to Third World countries, and the promotion of human rights. In their place emerged a policy which emphasised a massive military build-up, increased military supply to Third World nations, and increased US global military presence. In particular, the Carter Doctrine represented a momentous shift in US geopolitical and geostrategic considerations by transforming the Middle East into a new critical defence zone.

The Carter Doctrine has received widespread scholarly attention over the last three decades. Nevertheless, research has focused almost exclusively on explaining why the Carter Administration radically altered its foreign policy, particularly regarding the Middle East. Numerous accounts have emphasised the systemic and domestic forces underlying such change. Most conventional accounts tend to point out a series of crises arising midway throughout the Carter Presidency as responsible for the change in foreign policy. While there are many different theses regarding why the Carter Administration's foreign policy changed, few endeavours have been made to explain how it

changed. In fact, most accounts of the emergence of the Carter Doctrine do not provide a precise theoretical framework for understanding its origins and development.

Accordingly, the current study argues in favour of three broad and provocative repositions. The first proposition claims that, while not explicitly acknowledging it as such, the majority of the accounts explaining the change in the Carter Administration's foreign policy and the development of the Carter Doctrine use theoretical assumptions intrinsic to punctuated equilibrium and planned change models. The second proposition argues that the development of the Carter Administration's Middle East policy and the emergence of the Carter Doctrine is best understood using an emergent change approach which highlights the continuous and cumulative policy adaptations and adjustments that decision-makers enacted to try to deal with their perceived international environment since the beginning of the Carter Presidency. Therefore, the change in the Administration's foreign policy resulted from the incessant dynamics involved in foreign policy decision-making. It was the product of intentionally planned endeavours, as well as of the unexpected opportunities and consequences ensuing from the continued interactions between decision-makers.

Finally, it asserts that considering the well defined spatial nature of the Carter Doctrine, geographic mental maps provide the most appropriate conceptual framework for identifying and assessing the emergent dynamics of the Carter Administration's foreign policy decision-making process. In light of this, it is posited that the Carter Doctrine resulted from the continuous reconstruction of the Carter Administration's geographic mental maps. As international and domestic events compelled decision-makers to evaluate the political environment, the Administration's problem representation of the Middle East was in constant flux. Accordingly, while the Middle East was initially viewed optimistically as a place of cooperation and reconciliation, the continuously changing nature of the Administration's mental maps ultimately mapped a region fraught with danger and conflict.

Universidade de Coimbra, 3 Julho de 2014

Doutoramento em Governação, Conhecimento e Inovação

Traduzindo o Desenvolvimento Responsável da Nanotecnologia – Reflexões Sociotécnicas a partir de Casos no Brasil e em Portugal

Paulo de Freitas Castro Fonseca

A nanotecnologia tem sido, nos últimos anos, um dos principais alvos de interesse e atuação de investigadores, empresas e elaboradores de políticas de Ciência e Tecnologia. A capacidade de compreensão e manipulação da matéria em dimensões nanométricas, e as inovações tecnológicas resultantes, têm sido vistas, por um lado, como uma potencial fonte de melhoria generalizada das condições de vida, de desenvolvimento económico ou para superar grandes desafios sociotécnicos como a transição para sistemas energéticos sustentáveis. Por outro lado, a nanotecnologia tem sido um campo de reiteradas preocupações em relação aos possíveis impactos negativos associados ao seu desenvolvimento. As questões relativas à segurança das aplicações nanotecnológicas para a saúde e para o meio ambiente, bem como as inerentes aspectos éticos, legais e sociais têm suscitado a demanda, no meio académico e político, por um *desenvolvimento responsável da nanotecnologia*.

O objetivo desta tese é de apontar e discutir as presenças, as ausências e as possíveis emergências de práticas de desenvolvimento responsável da nanotecnologia no contexto de instituições de investigação e desenvolvimento (I&D) em dois países semiperiféricos: Brasil e Portugal. A abordagem teórica está fundamentada nos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia e na razão cosmopolita proposta por Boaventura de Sousa Santos. Adota-se uma racionalidade que reconhece não apenas a indissociabilidade entre as dimensões técnicas e sociais nos processos de coprodução tecnocientífica, mas também a necessidade de se identificar e considerar as possíveis alternativas para uma governação mais desejável das interações sociotécnicas.

O desenvolvimento responsável pode ser concebido como um conjunto aberto de

conceitos, metodologias e práticas que buscam assegurar a emergência de tecnologias seguras e pertinentes para a promoção da inclusão e da coesão social. Este trabalho identifica e discute algumas das principais abordagens nesse sentido, nomeadamente relacionadas com a avaliação antecipada ou integrada do desenvolvimento tecnológico e a participação alargada na tomada de decisões sociotécnicas. Além de abordagens desenvolvidas especificamente no âmbito da governação de tecnologias emergentes, é considerada a abordagem da tecnologia social. Apesar de não estar usualmente associada ao debate sobre a governação da nanotecnologia, este modelo comparte dos mesmos pressupostos de integração de considerações éticas e societárias no desenvolvimento de novas tecnologias.

A investigação empírica desta tese desenvolveu-se em duas instituições de I&D em nanotecnologia: o INCT de Nanoestruturas de Carbono, sediado em Belo Horizonte, Brasil; e o *International Iberian Nanotechnology Laboratory*, situado em Braga, Portugal.

Para cada caso, os processos de coprodução que levaram à conformação das práticas de investigação são caracterizadas pelo uso de ferramentas da teoria do ator-rede e da sociologia das ausências. São discutidas as práticas enquadradas nos contextos de um desenvolvimento responsável da nanotecnologia, mas também as ausências de práticas e saberes nestes contextos. Ainda que se possam reconhecer investigações e preocupações condizentes com uma orientação para um desenvolvimento responsável, é possível identificar concepções clássicas sobre a neutralidade científica e a linearidade da difusão de inovações presentes nos imaginários sociotécnicos de ambos os contextos, contribuindo para a invisibilização de outras possíveis formas de desenvolvimento responsável da nanotecnologia nestas instituições.

Através da discussão de cenários sobre a emergência de novos mecanismos de governação, discutem-se as barreiras e as oportunidades na implementação de práticas





de desenvolvimento responsável da nanotecnologia nos contextos destas instituições. Ainda que as barreiras epistemológicas sejam significativas, os atores se mostram receptivos à implementação de novas práticas, existindo possibilidades concretas de políticas que podem fomentar os atores envolvidos com a investigação em nanotecnologia em ambos os contextos a se engajarem em projetos de desenvolvimento responsável e emancipatório.

Universidade de Coimbra, 21 Julho de 2014

Doutoramento em Gestão de Empresas

Distância Psíquica e Seus Efeitos sobre o Fluxo de Exportações dos Estados Brasileiros

Tereza Maria de Oliveira

Em 1956, Beckerman afirmou existir um fator comportamental a influenciar a maneira pela qual os vendedores em um dado país enxergam os seus clientes como "mais próximos" do que a verdadeira distância geográfica e económica. Ele acreditava que fatores como as dificuldades ou as facilidades de se entender uma língua estrangeira, a disponibilidade de transporte aéreo para uma localidade específica ou a existência de uma relação previamente estabelecida, por exemplo, poderiam alterar esta percepção.

Tal sensibilidade aos fatores que podem impedir ou dificultar o livre exercício das transações internacionais é denominada distância psíquica. A partir dessa inquietação de Beckerman os estudos na área dos negócios internacionais se voltaram para investigar qual e se há impacto(s) da distância psíquica nos diversos aspectos do comércio internacional. Nesse sentido, esta tese apresenta como preocupação central a seguinte questão: como o fluxo de exportações dos estados brasileiros, nos últimos anos, pode ter sido influenciado pela distância psíquica nas suas diversas dimensões? Utilizando a modelagem de redes neurais e a análise de regressão linear múltipla foi possível evidenciar que a distância psíquica tem alguma importância no volume de exportações dos Estados brasileiros embora haja a suspeita de que esta influência possa estar a subsumir-se, possivelmente, devido à globalização. Os testes realizados com modelagens consideradas complementares evidenciaram dúvidas quanto aos pressupostos da linearidade das relações apresentadas nos modelos tradicionais, uma vez que há a desconfiança de que a natureza da relação entre distância psíquica e comércio internacional seja uma relação unicamente linear como as modelagens habituais sugerem. A modelagem por redes neurais,

por outro lado, que não pressupõe a linearidade das relações, mostrou que as variáveis não se comportam como um *continuum* mas podem ter efeitos contrários consoante o polo em que se encontrem: proximidade ou distância psíquica. Todavia, o seu verdadeiro efeito só pode ser testado recorrendo a uma lógica alternativa. Os resultados dos testes de regressão linear com e sem efeitos quadráticos mostraram que várias variáveis podem não ter uma relação linear com a variável dependente, ou seja, com o volume de exportação, podendo até essas relações serem do tipo mista. Portanto, o que se pode afirmar é que há evidências de que a distância psíquica possui, ainda, influência nas relações de comércio exterior como suspeitava Beckerman, ainda que a dimensão económica dos países de destino possa prevalecer. No entanto, quase sessenta anos depois, a magnitude, as características e os determinantes desta influência ainda permanecem uma incógnita e podem estar a dissipar-se ou a mudar as suas características e os seus impactos.

Universidade de Coimbra, 3 Outubro de 2014

